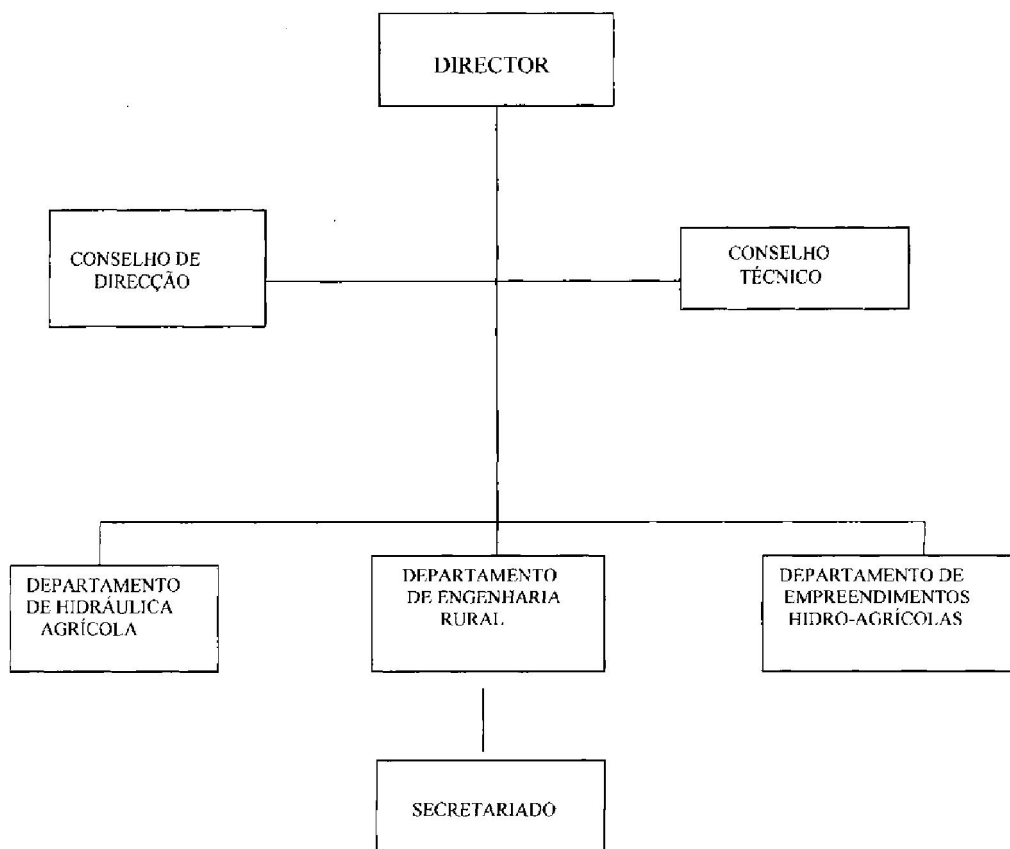


ANEXO II
Organigrama da Direcção Nacional de Engenharia Rural a que se refere o artigo 20.º
do regulamento interno que antecede



O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Decreto Executivo n.º 181/13
de 30 de Maio

Havendo necessidade de se regulamentar a estrutura e funcionamento do Gabinete de Gestão de Terras Agrárias a que se refere o artigo 14.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, aprovado por Decreto Presidencial n.º 228/12, de 3 de Dezembro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1.º — É aprovado o regulamento interno do Gabinete de Gestão de Terras Agrárias do Ministério da Agricultura, anexo ao presente Decreto Executivo, do qual é parte integrante.

2.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro da Agricultura.

3.º — O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Maio de 2013.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**REGULAMENTO INTERNO DO GABINETE
DE GESTÃO DE TERRAS AGRÁRIAS**

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

ARTIGO 1.º
(Definição)

O Gabinete de Gestão de Terras Agrárias, abreviadamente designada por GGTA, é o serviço encarregue de executar as políticas e estratégias referentes à gestão de terras para a agricultura, pecuária e florestas.

ARTIGO 2.º
(Atribuições)

No âmbito das atribuições estabelecidas por artigo 14.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura «MINAGRI» incumbe, em especial, ao Gabinete de Gestão de Terras Agrárias:

- a) promover estudos conducentes à materialização da política traçada para o uso e aproveitamento de terras para o desenvolvimento da agricultura, pecuária e das florestas;
- b) intervir na emissão de títulos de concessão de terras para fins agro-silvo-pastoris, nos termos da lei;

- c) emitir parecer sobre os empreendimentos agrícolas, comerciais e industriais, susceptíveis de influenciar o desenvolvimento nacional;
- d) assegurar as acções decorrente das medidas definidas no âmbito da estruturação fundiária e de outras modalidades de exploração;
- e) orientar e executar os trabalhos da topografia e cartografia agrícola;
- f) proceder à execução de registo de cadastros agrícolas;
- g) assegurar a gestão dos interesses do Estado, relativamente as fazendas e outras propriedades nacionais ou expropriadas ;
- h) orientar e coordenar, em colaboração com as entidades locais, a execução da política para a concessão de direitos fundiários para fins agrários e silvícolas;
- i) desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

CAPÍTULO II

Organização

ARTIGO 3.º (Estrutura orgânica)

O Gabinete de Gestão de Terras Agrárias tem a estrutura seguinte:

- a) Direcção;
- b) Conselho de Direcção;
- c) Conselho Técnico;
- d) Departamento de Gestão de Terras Agrárias, Cadastro e Topografia;
- e) Departamento de Fiscalização e Contencioso;
- f) Secção de Expediente.

ARTIGO 4.º (Direcção)

1. O Gabinete de Gestão de Terras Agrárias é dirigido por um responsável com o cargo de director nacional ao qual compete, em especial:

- a) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Direcção e Técnico, sempre que for necessário;
- b) planear as actividades do GGTA e definir as linhas de actuação;
- c) promover o aperfeiçoamento e preparação do pessoal do quadro técnico e administrativo;
- d) exercer sobre o pessoal do GGTA a competência disciplinar, que por lei lhe é conferida;
- e) determinar a distribuição do pessoal pelas diversas áreas de trabalho, em conformidade com as suas aptidões e conveniências de serviço;
- f) elaborar e apresentar o relatório das actividades do GGTA ao Conselho de Direcção do Ministério;
- g) propor a alteração do regulamento e do quadro de pessoal do Gabinete;
- h) emitir parecer acerca de todos os assuntos sobre os quais for consultado;
- i) representar o GGTA, podendo delegar a representação segundo a natureza dos assuntos e a competência das propostas;

- j) decidir segundo as suas competências em tudo o que respeite as atribuições do GGTA e submeter a despacho do Ministro os assuntos que careçam de apreciação superior;
- k) interagir, pelas vias oficiais e no âmbito da sua competência, com outros serviços, no tratamento de assuntos que lhe são inerentes;
- l) pronunciar-se sobre admissão e dispensa de pessoal assalariado do quadro, bem como propor a sua nomeação ou exoneração;
- m) propor a contratação de trabalhadores fora do quadro de pessoal, sempre que as necessidades dos serviços o exijam;
- n) propor, sempre que se justifique, a transferência do pessoal da GGTA de harmonia com os respectivos cargos;
- o) desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

2. Na ausência ou impedimento, o director é substituído por um dos chefes de departamento por ele designado.

ARTIGO 5.º (Conselho de Direcção)

1. O Conselho de Direcção é uma estrutura de apoio e consulta do director do GGTA, em matéria de planificação, orientação, coordenação e disciplina dos órgãos que integram o GGTA, ao qual compete:

- a) aprovar os instrumentos de gestão provisional e os documentos de prestação de contas do GGTA;
- b) aprovar a organização técnica administrativa, bem como regulamento interno;
- c) proceder ao acompanhamento sistemático da actividade do GGTA tomando as devidas providências que as circunstâncias exijam.

2. O Conselho de Direcção reúne-se de forma ordinária trimestralmente e extraordinária quando for necessário, mediante convocatória do director do GGTA e agenda de trabalho estabelecida por este.

3. O Conselho de Direcção é convocado e presidido pelo director e dele fazem parte os chefes de departamento e de secção, podendo participar das respectivas sessões os técnicos superiores e outros funcionários convocados ou convidados pelo respectivo director.

ARTIGO 6.º (Conselho Técnico)

1. O Conselho Técnico é o órgão consultivo do GGTA ao qual compete, em especial:

- a) analisar propostas apresentadas pelos departamentos, que visam o melhoramento e desenvolvimento dos serviços do GGTA;
- b) analisar o cumprimento das funções cometidas aos serviços do GGTA;
- c) pronunciar-se sobre os assuntos submetido à consideração do director;
- d) emitir parecer sobre os assuntos relativos ao âmbito de acção.

2. O Conselho Técnico é convocado e presidido pelo director e integra os chefes de departamento e de secção, podendo ser convocados ou convidados a participar das

respectivas sessões, técnicos do GGTA e outras estruturas integradas ou não no MINAGRI e reúne-se ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente quando necessário.

ARTIGO 7.º

(Departamento de Gestão de Terras Agrárias, Cadastro e Topografia)

1. O Departamento de Gestão de Terras Agrárias, Cadastro e Topografia é a estrutura do Gabinete de Gestão de Terras Agrárias encarregue de organizar o trabalho técnico de gestão de terras agrárias.

2. Ao Departamento de Gestão de Terras Agrárias, Cadastro e Topografia compete, em especial:

- a) manter os arquivos de projecto de parcelamento das terras agro-silvo-pastoris e cadastro de todos imóveis agro-pecuários;
- b) organizar os trabalhos técnicos respeitantes à organização da gestão de terras agrárias;
- c) coordenar com os Gabinete de Desenvolvimento Agrário as actividades de parcelamento das terras agro-silvo-pastoris;
- d) controlar e actualizar o cadastro agrário;
- e) efectuar levantamento topográfico, tais como alinhamento, demarcações, parcelamentos, implantação de marcos, etc., em todas as áreas concedidas;
- f) executar, organizar e orientar todas as actividades cartográficas (elaboração de cartas, plantas, etc.);
- g) arquivar, elaborar e adquirir toda a documentação de interesse para a realização de actividades cartográficas;
- h) executar o cadastro agrícola;
- i) promover a elaboração de cartas para fins agrícolas;
- j) prestar apoio técnico ao Gabinete de Desenvolvimento Agrário das diversas actividades concernentes a sua esfera de acção;
- k) elaborar mapas agrícolas digitais actualizados;
- l) assegurar a conservação do cadastro de terras agrícolas;
- m) desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

3. O Departamento de Gestão de Terras Agrárias, Cadastro e Topografia é dirigido por um responsável com o cargo de chefe de departamento e compreende a estrutura seguinte:

- a) Sessão de Processamento de Dados;
- b) Sessão de Topografia e Cadastro.

ARTIGO 8.º

(Sessão de Processamento de Dados)

1. À Sessão de Processamento de Dados compete, em especial:

- a) executar, organizar e orientar todas as actividades cartográficas, tais como a elaboração de cartas, plantas, etc.;
- b) arquivar e elaborar toda a documentação de interesse para a realização de actividades cartográficas;

- c) promover a elaboração de cartas para fins agrícolas;
- d) assegurar a conservação do cadastro de terras agrícolas;
- e) organizar os trabalhos técnicos respeitantes à organização da gestão de terras agrárias;
- f) desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

2. A Sessão de Processamento de Dados é dirigida por um responsável com o cargo de chefe de secção.

ARTIGO 9.º

(Secção de Topografia e Cadastro)

1. À Secção de Topografia e Cadastro compete, em especial:

- a) coordenar com o Gabinete de Desenvolvimento Agrário as actividades de parcelamentos de terras;
- b) controlar e actualizar o cadastro agrário;
- c) efectuar levantamentos topográficos, tais como alinhamento, demarcações, parcelamentos, implantação de marcos, etc., em todas as áreas concedidas;
- d) executar o cadastro agrícola;
- e) prestar apoio técnico aos Gabinetes de Desenvolvimento Agrários nas diversas actividades concernentes à sua esfera de acção;
- f) elaborar mapas agrícolas digitais actualizados;
- g) manter o arquivo dos projectos de parcelamento das terras agro-silvo-pastoris e cadastro de todos os imóveis agro-pecuários;
- h) desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

2. A Secção de Topografia e Cadastro é dirigida por um responsável com o cargo de chefe de secção.

ARTIGO 10.º

(Departamento de Fiscalização e Contencioso)

1. O Departamento de Fiscalização e Contencioso é a estrutura do Gabinete de Gestão de Terras Agrárias encarregue de proceder à fiscalização do aproveitamento útil e efectivo das terras agrárias e disciplinar a ocupação e uso destas.

2. Ao Departamento de Fiscalização e Contencioso compete, em especial:

- a) orientar e disciplinar a ocupação e uso de terras agrárias, bem como proceder à fiscalização de acordo com o princípio sobre o aproveitamento útil e efectivo;
- b) participar na definição dos planos relacionados com a aquisição, alienação e desapropriação de imóveis agrícolas;
- c) propor a redução ou extinção de direitos fundiários sobre parcelas agro-silvo- pastoris subaproveitadas;

- d) proceder à vistoria das parcelas agro-silvo-pastoris e outros imóveis agrícolas no que toca ao grau de aproveitamento útil e elaborar o competente relatório;
- e) notificar os titulares de direitos fundiários que não cumpram com a lei e informar-lhes sobre as consequências daí decorrentes;
- f) promover, junto das populações, acções de educação sobre os instrumento legais inerentes à posse de terra e constituição de reservas fundiários;
- g) promover políticas de fomento agrários para a redução da ocupação anárquica de terras agrárias;
- h) desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

3. O Departamento de Fiscalização e Contencioso é dirigido por um responsável com o cargo de chefe de departamento e compreende a estrutura seguinte:

- a) Secção de Fiscalização;
- b) Secção de Contencioso.

ARTIGO 11.º
(Secção de Fiscalização)

1. À Secção de Fiscalização compete, em especial:

- a) orientar, disciplinar e fiscalizar o uso e aproveitamento das terras agrárias, nos termos da legislação aplicável;
- b) proceder à vistoria das parcelas agro-silvo-pastoris e outros imóveis agrícolas, no que tange ao grau de aproveitamento útil, e elaborar o competente relatório;
- c) promover políticas de fomento agrário para a redução da ocupação anárquica de terras agrárias;
- d) desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

2. A Secção de Fiscalização e Contencioso é dirigida por um responsável com o cargo de chefe de secção.

ARTIGO 12.º
(Secção de Contencioso)

1. À Secção de Contencioso compete, em especial:

- a) monitorar e fiscalizar o cumprimento das normas aplicáveis ao Sector;
- b) participar na definição dos planos relacionados com a aquisição, alienação e desapropriação de imóveis agrícolas e propor a redução ou extinção de direitos fundiários sobre parcelas agro-silvo-pastoril subaproveitadas;
- c) notificar os titulares de direitos fundiários que não tenham cumprido com a lei e informar-lhes sobre as consequências daí decorrentes;
- d) promover, junto das populações, acções de educação sobre os instrumento legais inerentes à posse de terra e constituição de reservas fundiários;

- e) desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

ARTIGO 13.º
(Secção de Expediente)

1. A Secção de Expediente é a estrutura do Gabinete de Gestão de Terras Agrárias responsável pela coordenação e controlo das actividades administrativas.

2. À Secção de Expediente compete, em especial:

- a) controlar e registar a entrada de toda a documentação e a proceder a sua distribuição aos departamentos e demais órgãos ou serviços do MINAGRI ou de outras instituições;
- b) coordenar e executar o trabalho de dactilografia e informática do GGTA;
- c) providenciar o fornecimento do material de consumo corrente necessário ao funcionamento e execução das tarefas do GGTA;
- d) elaborar e manter devidamente actualizado o inventário do património afecto ao GGTA;
- e) controlar a assiduidade e elaborar a folha de efectividade mensal do pessoal do GGTA, bem como proceder ao acompanhamento do respectivo processo de avaliação;
- f) organizar o arquivo do GGTA;
- g) desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

3. A Secção de Expediente é dirigida por um responsável com o cargo de chefe de secção.

CAPÍTULO III
Disposições Finais

ARTIGO 14.º
(Competência do chefe de departamento)

Ao chefe de departamento compete, em especial:

- a) organizar, orientar e coordenar os serviços de departamento;
- b) assegurar a execução de tarefas fundamentais do departamento;
- c) providenciar o controlo da assiduidade e pontualidade dos respectivos funcionários;
- d) elaborar e apresentar periodicamente os planos de actividade do respectivo departamento e os relatórios sobre o grau de execução dos mesmos;
- e) assinar os termos de abertura e encerramento dos livros em uso no respectivo departamento;
- f) tomar iniciativa e decidir sobre todas as tarefas já programadas e prestar contas da sua execução ao director nacional;
- g) dirigir, orientar e coordenar as actividades dos chefes das respectivas secções;
- h) coordenar as actividades e assegurar a disciplina necessária nas respectivas secções;
- i) despachar com o director;

- j) desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

ARTIGO 15.º

(Competência do chefe de secção)

Ao chefe de secção compete, em especial:

- a) assegurar o cumprimento das tarefas acometidas à secção e controlar a sua execução;
- b) dirigir e coordenar os trabalhos da secção, respondendo pelo seu cumprimento;
- c) despachar com os respectivos chefes de departamento;
- d) manter a disciplina na secção;
- e) controlar a pontualidade e assiduidade dos funcionários da respectiva secção;
- f) elaborar e apresentar periodicamente os planos de actividades da secção e respectivos relatórios;
- g) desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

ARTIGO 16.º

(Quadro de pessoal)

O quadro de pessoal do Gabinete de Gestão de Terras Agrárias é o que consta do Anexo I do presente regulamento, do qual é parte integrante.

ARTIGO 17.º

(Organigrama)

O organigrama do Gabinete de Gestão de Terras Agrárias é o que consta no Anexo II do presente regulamento, do qual é parte integrante.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

ANEXO I

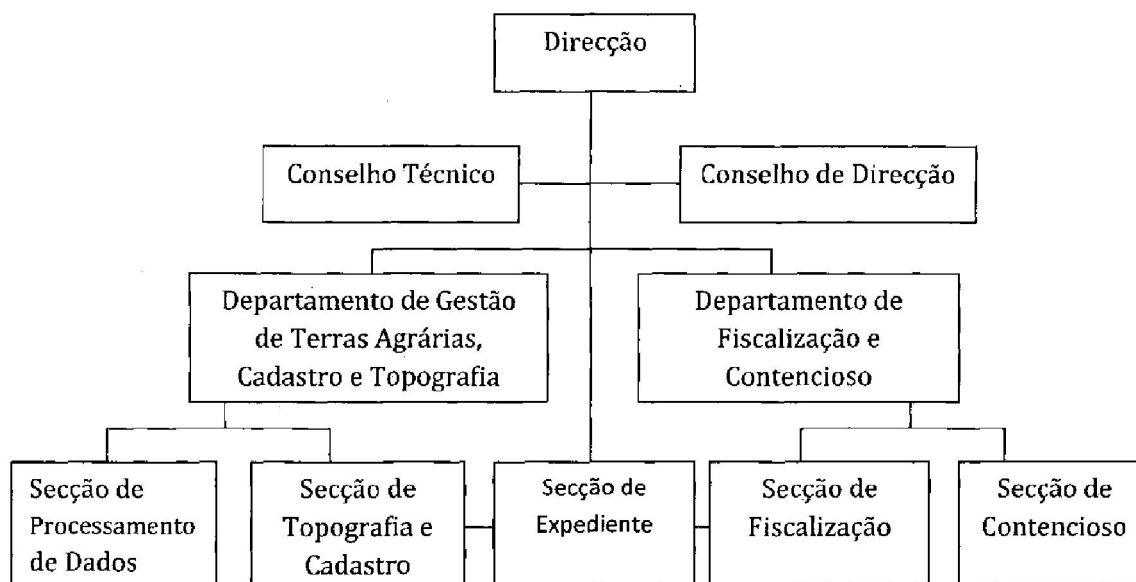
Quadro de pessoal a que se refere o artigo 16.º do regulamento interno que antecede

Grupo de pessoal	Cargo/Categoria	N.º de lugares
Direcção e Chefia	Director Nacional	1
	Chefe de Departamento	2
	Chefe de Secção	5
Técnico Superior	Primeiro Assessor	1
	Assessor	1
	Técnico Superior de 2.ª Classe	2
Técnico	Técnico Especialista de 3.ª Classe	2
Técnico Médio	Técnico Médio Principal de 1.ª Classe	1
	Técnico Médio de 1.ª Classe	2
	Técnico Médio 3.ª Classe	2
Auxiliar	Auxiliar Administrativo de 1.ª Classe	2
	Auxiliar de Limpeza Principal	1
Operário Não Qualificado	Operário Não Qualificado de 2.ª Classe	1

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

ANEXO II

Organigrama a que se refere o artigo 17.º do regulamento interno que antecede



O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.